

Produção desigual do espaço e crime de roubo: o caso da Cidade de Cajazeiras (2019 a 2022)

Unequal production of space and robbery crime: the case of the City of Cajazeiras (2019 to 2022)

Historial del Artículo

Recibido:

1 de mayo de 2025

Revisado:

21 de julio de 2025

Aceptado:

29 de julio de 2025

Jaci Araújo de Sousa , Secretaria de Educação do Estado da Paraíba (SEE-PB), Brasil

*Contacto: jacysousadearaujo@gmail.com

Palabras clave

Cajazeiras-PB,
COVID-19, roubo.

RESUMO

Este artigo aborda a espacialização dos crimes de roubo na área urbana de Cajazeiras, no período de 2019 a 2022. A pesquisa possui caráter descritivo e bibliográfico, com uma abordagem que combina dados quantitativos e qualitativos. A metodologia abrange revisão de literatura e coleta de dados primários e secundários. Os dados primários foram obtidos por meio de uma entrevista semiestruturada realizada com delegado da Polícia Civil responsável por ocorrência de roubo. Por sua vez, as fontes secundárias incluíram informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Atlas do Desenvolvimento Humano, da Prefeitura Municipal de Cajazeiras, do banco de dados do 6º Batalhão da Polícia Militar da Paraíba. O estudo constatou os principais alvos dos roubos foram estabelecimentos comerciais e pessoas em vias públicas. Os meses com maior número de ocorrências foram janeiro, março, julho e novembro, com concentração nos dias úteis (segunda, terça e quarta-feira), sobretudo nos períodos da tarde e noite. Os horários mais críticos incluíram 10h, 13h, 15h, 19h e 21h. Bairros como Centro, Capoeiras e Remédios se destacaram como os mais afetados, com as ruas centrais sendo as áreas preferenciais para a prática de ambos os crimes. Conclui-se que fatores como o espaço físico, horários, períodos específicos, e os contextos histórico, social e criminal influenciaram a ocorrência de roubos, em maior ou menor intensidade, no ambiente urbano de Cajazeiras.

Keywords

Cajazeiras-PB,
COVID-19, robbery

ABSTRACT

This article addresses the spatial distribution of robbery crimes in the urban area of Cajazeiras between 2019 and 2022. The research is descriptive and bibliographic in nature, employing an approach that combines both quantitative and qualitative data. The methodology includes a literature review and the collection of primary and secondary data. Primary data were obtained through a semi-structured interview with the Civil Police officer responsible for robbery cases. Secondary sources included information from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the Human Development Atlas, the City Hall of Cajazeiras, and the database of the 6th Battalion of the Military Police of Paraíba. The study found that the main targets of robberies were commercial establishments and individuals in public spaces. The months with the highest number of incidents were January, March, July, and November, with occurrences concentrated on weekdays (Monday, Tuesday, and Wednesday), particularly during the afternoon and evening. The most critical times included 10 a.m., 1 p.m., 3 p.m., 7 p.m., and 9 p.m. Neighborhoods such as Centro, Capoeiras, and Remédios stood out as the most affected, with central streets being the preferred areas for committing these crimes. It is concluded that factors such as physical space, time schedules, specific periods, and the historical, social, and criminal contexts influenced the occurrence of robberies, to varying degrees, in the urban environment of Cajazeiras.

Introdução

Por muito tempo, as cidades têm se consolidado como espaços de concentração de serviços, população, desigualdades socioespaciais e desorganização social, tornando-se palco de criminalidade e manifestações violentas. A presença de violência e práticas delituosas compromete tanto a dinâmica econômica e territorial quanto o bem-estar da população que utiliza os recursos e compartilha os espaços urbanos.

Independentemente de seu porte, os territórios urbanos são produzidos, fragmentados e apropriados por diferentes atores sociais, que os utilizam para práticas consideradas tanto lícitas quanto ilícitas. Os mesmos recorrem ao espaço urbano e aos elementos que nele se encontram, sejam físicos, sociais, materiais ou imateriais, para concretizar suas ações.

Práticas delituosas têm provocado alterações na cidade e na vida cotidiana, como a segregação residencial, modificando a arquitetura das formas espaciais, a vigilância constante, resultando em espaços desvalorizados e poucos utilizados, assim como desperta nas pessoas o medo de serem as próximas vítimas, provocando a insegurança quanto sua proteção.

Entre as práticas sociais consideradas como atos criminosos no Brasil, cabe destacar os delitos de roubo por sua ocorrência com frequência na cidade. Segundo o Código Penal (Brasil, 1940) o roubo, prática social popularmente conhecido como assalto, é a subtração de pertences mediante uso da violência ou grave ameaça utilizando meios que limitem a resistência da vítima.

Tal crime desencadeia outras ações violentas, contribuem para o aumento do encarceramento no Brasil, difundem o medo e a sensação de insegurança nas pessoas de serem as próximas vítimas, independente dos lugares que estejam, seja nas ruas, no comércio ou em suas residências.

No ambiente urbano, o roubo expressa de maneira concreta as desigualdades sociais e espaciais geradas pelo capitalismo. A cidade, ainda que construída coletivamente, é apropriada de forma privada, convertendo-se em um território de disputas e exclusões que afetam diretamente a experiência cotidiana de seus habitantes. A segregação socioespacial, resultante de políticas públicas moldadas por interesses econômicos, concentra vulnerabilidades em áreas específicas, tornando-as mais suscetíveis a ações criminosas.

Nesse sentido, o roubo não deve ser interpretado apenas como um ato isolado, mas como parte de um processo mais amplo em que a violência estrutural se materializa nas relações sociais e na organização do espaço urbano. A lógica capitalista de ocupação territorial, ao excluir grandes parcelas da população do acesso a moradia digna, infraestrutura e serviços essenciais, alimenta contextos de marginalização que favorecem o crescimento de crimes patrimoniais. Refletir sobre o roubo nas cidades, portanto, implica compreender as contradições entre os valores de uso e de troca dos lugares, e como essas tensões se traduzem em práticas cotidianas de resistência, sobrevivência e, por vezes, de violência.

Apesar da proporção dessa prática criminal no Brasil e dos impactos socioespaciais, observa-se que é uma realidade ainda pouco explorada na ciência geográfica, notadamente nas pequenas cidades. Os dados e produções científicas disponíveis são resultados da coleta e observação da realidade das médias e grandes cidades, nas quais possuem no mínimo população acima de 100 mil habitantes.

O presente artigo tem como objetivo analisar a dinâmica espaço-temporal dos delitos de roubo na cidade de Cajazeiras (PB), no período de 2019 a 2022, com especial atenção aos impactos da pandemia de COVID-19. A pesquisa parte da premissa de que eventos históricos e transformações socioespaciais influenciam diretamente os padrões de criminalidade urbana. A análise fundamenta-se, sobretudo, na concepção de cidade como construção histórica e desigual (Carlos, 2007, 2023), no entendimento do espaço urbano como produto de relações sociais (Corrêa, 1989), e na noção de que a criminalidade deve ser compreendida como conteúdo socioespacial (Araújo & Chagas, 2020). Tais referências teóricas sustentam a hipótese de que os roubos não ocorrem de forma aleatória, mas respondem à lógica de segregação e vulnerabilidade espacial impostas pela urbanização capitalista. A partir dessa base, o trabalho busca evidenciar como as desigualdades no acesso ao espaço, aos serviços e à proteção estatal configuram o território como campo de disputa — no qual o crime é uma das formas de expressão da exclusão socioespacial.

A escolha de estudar tal delito em Cajazeiras justifica-se por diversos fatores relevantes que conectam o contexto local a questões mais amplas de criminalidade urbana. O mesmo é considerado como infração contra o patrimônio que não apenas impactam a economia local, mas também compromete a sensação de segurança e o bem-estar da população. Pesquisas que exploram esse delito em cidades menores (com população abaixo de 100 mil habitantes) são escassas. A investigação das especificidades desses

crimes em espaços diferentes daqueles expostos nos relatórios oficiais do Estado contribui para preencher uma lacuna existente na literatura, que tradicionalmente concentra-se nas grandes metrópoles.

Além do mais, o estudo dos padrões criminais de Cajazeiras pode oferecer subsídios para o desenvolvimento de estratégias de segurança pública ajustadas às realidades de cidades médias e pequenas, contribuindo para a formulação de políticas públicas mais eficazes e inclusivas. Este estudo revela que nas cidades de médio e pequeno porte, em especial com população abaixo de 100 mil habitantes, também se visualiza com frequência esse tipo de delito assim como, a sociedade local e o espaço padecem as consequências.

A cidade, o crime e a prática de roubo

Segundo Corrêa (1989) o espaço urbano é o conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si, no qual é fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campos de luta. O mesmo é produzido e reproduzido pelos agentes sociais que seguem uma lógica racionalista do capitalismo. Esses agentes sociais são: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

Neste sentido, o espaço urbano é um produto social que foi produzido ao longo do tempo, resultado das relações sociais concretizadas historicamente. A materialização de determinadas relações sociais no espaço, gera formas-conteúdos que podem redefinir processos sociais, econômicos, políticos e culturais. A cidade representa a forma característica e ilustrativa do espaço urbano (Machado & Tows, 2019).

Carlos (2007) afirma que a cidade é expressão e significação da vida humana, sendo o trabalho materializado ao longo dos tempos, a história, memória, condição e meio para a reprodução das relações sociais. Ela é dinâmica, política, fragmentada, cheia de fluxos materiais e imateriais. Configura-se enquanto território de poder e disputa onde a ordem, desordem, passado e presente caminham lado a lado. Nela evidenciamos a vida cotidiana e o lugar.

Sua produção acontece de forma social e a apropriação de cada porção do seu território dar-se de modo individual, mas a “[...] reprodução continuada da cidade ocorre fundamentando-se na reprodução ininterrupta da vida.” (Carlos, 2007, p. 21). Viver na cidade desenvolve-se de maneira coletiva, mesmo que alguns habitantes optem

por distanciamento social ou ergam muros ao seu redor na tentativa de obter proteção e privacidade. Apesar de ser dominada pelo mercado capitalista, percebemos também que a cidade é permeada, alicerçada e alimentada por atividades sociais permitidas (atividades comerciais, serviços, a indústria) e contrárias a lei (venda de tóxicos ilícitos, jogos clandestinos e crimes).

Souza (2010) aponta que pobreza e segregação residencial são duas problemáticas que estão associadas as grandes cidades. O referido autor também destaca outros problemas urbanos como a violência, criminalidade violenta, degradação ambiental e as dificuldades vinculadas a um sistema de tráfego ineficiente, antiecológico e caro. As pessoas que habitam a cidade tendem a enfrentá-los de forma diferenciada, reagindo conforme a sua classe social e as circunstâncias.

É importante destacar que independentemente do tamanho da cidade, problemas urbanos existem, registem e afloram nelas, assim como evidenciamos uma diversidade destes, para além daqueles que foram expostos pelo autor supracitado. Contudo, há problemas que vêm se configurando como tipicamente urbanos, ou melhor, que se desenvolvem de maneira mais intensa no espaço urbano, como é o caso da violência e criminalidade violenta.

Desde os primórdios a violência e suas várias formas manifesta-se nos diferentes espaços. Porém, determinados tipos de violência ou criminalidade violenta tende a acontecer mais intensamente no espaço urbano devido as suas formas espaciais, modos de vida e estratégias de sobrevivência (Souza, 2010). Devido ser uma ação desenvolvida por sujeitos que estão inseridos num determinado espaço, a violência torna-se “[...] conteúdo socioespacial, condicionando a produção de, e sendo condicionada pelas formas e objetos espaciais, que também lhe serve de meio.” (Carlos, 2008, 2016 citado em Araújo & Chagas, 2020, p. 94).

O crime varia no tempo e no espaço, pois determinado ato pode ser considerado como um delito num país e em outro não, ou pode deixar de ser considerado como tal a depender do momento histórico-político (Silva & Ramos, 2024). Apesar de serem palavras diferentes, crime, criminalidade e violência são fenômenos que mantêm relações entre si e se desdobram no espaço urbano. Entender a criminalidade não se resume a estudar o crime em si, deve-se também investigar como ela se relaciona com outros tipos de violência como, por exemplo, a estrutural e cultural. Os tipos de violência que mais se destacam no espaço urbano é a direta (pessoal), cultural e estrutural.

A cidade é um espaço onde a desigualdade social e econômica são visíveis, os direitos coletivos e individuais essenciais para o desenvolvimento pleno da vida geralmente são negados e violados para uma fração específica da sociedade. Essas características que se destacam no cotidiano urbano podem criar e alimentar a violência e o crime. Práticas criminais têm sido cada vez mais recorrentes nas cidades, conforme demonstram as pesquisas socioespaciais, relatórios e documentos emitidos pelas entidades de segurança pública. Apesar dos avanços nas discussões científicas e políticas a respeito dessa problemática, inclusão de tecnologias geoespaciais e de vigilância voltadas para o combate e prevenção de crimes, o apoio da sociedade, o crime e a violência ainda continua a ocorrer na cidade.

Não é o espaço urbano que gera a violência ou os delitos, porém, é a sociedade urbana capitalista que se apoia na produção e acumulação do capital em larga escala, pautada na exploração e (re)produção das desigualdades, seja elas econômicas e espaciais. Sendo assim:

[...] a produção do espaço urbano que ocorre a partir de um modelo de desenvolvimento que promove a violência estrutural e a violência cultural, na formulação de Galtung (1996), tende a (re)produção de uma cidade violenta, na violência entendida como evento (violência direta), processo (violência estrutural) e permanência (violência cultural). As práticas de planejamento e gestão urbanos que ignoram, seja por negligência ou como parte de um projeto, a relação dialética entre espaço (produto, condição e meio) e as relações sociais em uma estrutura social violenta, contribuem para a (re)produção de um espaço urbano de violência e criminalidade. (Araújo & Chagas, 2020, pp. 99-100)

Carlos (2023) aponta que a urbanização e a própria reprodução da cidade ocorrem de forma violenta em razão da presença do capitalismo. A cidade é socialmente produzida, mas privadamente apropriada, sendo tratada como mercadoria, dotada de valor de troca, de uso e voltada para os desdobramentos do sistema capitalista. Seu valor de troca pode, inclusive, determinar o lugar do cidadão no espaço urbano, influenciando diretamente sua vida cotidiana.

Ainda em relação às manifestações estratégicas e violentas desse modelo econômico no ambiente urbano, a autora supracitada ressalta que:

[...] ao se desenvolver, o sistema capitalista produz contradições e as supera através de estratégias que contemplam a produção do espaço. (Lefebvre, 1968)

É assim que a lógica do processo de produção social do espaço urbano, no contexto capitalista, tem em sua essência a violência que se encontra nos fundamentos desse sistema: sociedade de classes, propriedade privada da riqueza acumulada em poder de uma classe, associação entre poder do dinheiro acumulado e o poder político (Carlos, 2022b). Nesse sentido, o capitalismo serve às necessidades da acumulação de capital por meio da metamorfose dos usos e das funções dos lugares que também se reproduzem sob a lei do reprodutível. Portanto, do ponto de vista da prática espacial vivida no plano da vida cotidiana, os movimentos sociais despontam nas cidades questionando as condições de reprodução da vida. Em grande parte, esses movimentos são motivados pelas condições de moradia, mas sobretudo por seu acesso (mediado pelo mercado) por parcela significativa da sociedade brasileira. O preço da moradia revela-se não só na precariedade ou inexistência de infraestrutura como água, energia, esgoto etc., mas também nas deficiências no atendimento voltado para educação e saúde, bem como na ausência/ deficiência de transporte, imobilizando assim parte significativa da sociedade nesses lugares. (Carlos, 2023, pp. 32-33)

O capitalismo, portanto, modela o uso do território urbano, promovendo a segregação espacial. As políticas de desenvolvimento urbano e habitacional, igualmente influenciadas por esse sistema, contribuem para a distribuição desigual do espaço, refletindo as desigualdades socioeconômicas. Tal segregação cria ambientes propícios ao surgimento de conflitos e à redefinição de usos dos espaços, conforme as dinâmicas criminais e o *modus operandi* dos envolvidos (Loboda & Grotto, 2024). Compreender o mundo contemporâneo, suas práticas socioespaciais e os processos que conferem forma, conteúdo e função tanto aos elementos físicos quanto à vida no espaço, permite refletir criticamente sobre o crime, a criminalidade e as múltiplas formas de violência presentes e perceptíveis no cotidiano urbano.

Vale lembrar que a violência e o crime provocam alterações na cidade e na vida cotidiana, como a segregação residencial, modificando a arquitetura das formas espaciais, a vigilância constante, resultando em espaços desvalorizados e poucos utilizados, assim como desperta nas pessoas o medo de serem as próximas vítimas, provocando a insegurança quanto sua proteção. No entanto, por mais que as pessoas

se isolem, envolvam-se por muralhas e estejam sendo vigiadas por um sistema de câmeras, a violência tende a alcançá-las.

As pessoas se sentem mais seguras ao caminhar e residir nas áreas rurais do que nas áreas urbanas, conforme expõe pesquisa divulgada pelo IBGE (2021). Devido a criminalidade e insegurança das pessoas, as ruas das cidades estão deixando de ser um espaço público democrático, transformando-se em ponto de atração marcado por rotineiras práticas criminosas (Cavalcante, 2015; Schelle et al., 2021).

O crime e a violência não se distribuem de forma aleatória na cidade, eles podem estarem espacialmente divididos e distintos de acordo com os diferentes tipos de delitos e condições socioespaciais do lugar. Ambos se territorializam no espaço urbano, fixando nos mesmos condições inerentes aos processos que lhe deram origem e, assim, os realimenta (Ferreira & Penna, 2005). Mediante a isso e a outros fatores que aqui já foram expostos (a exemplo de o conteúdo socioespacial poder atrair o crime, a violência está associada ao contexto estrutural, cultural, histórico e outros pontos), eles são considerados como um dos desafios tanto para o planejamento e a gestão urbana, quanto para o combate pelos agentes da segurança pública.

Entre as práticas sociais consideradas como atos criminosos no Brasil, cabe destacar o delito de roubo, por sua ocorrência com frequência na cidade e por serem poucos abordados nas pesquisas geográficas. Tal crime desencadeia outras ações violentas, contribui para o aumento do encarceramento no Brasil, difundem o medo e a sensação de insegurança nas pessoas de serem as próximas vítimas, independente dos lugares que estejam, seja nas ruas, no comércio ou em suas residências.

Cotidianamente, em todo o território brasileiro, são subtraídos veículos, celulares, dinheiro das pessoas ou de instituições financeiras, cargas de mercadorias, objetos ou produtos. Seja no comércio, via pública ou na própria residência, as pessoas estão vulneráveis a sofrer esses determinados tipos de delitos. Suas vidas e patrimônios não se encontram seguros.

Os relatórios de segurança pública revelam que em cada dia do ano de 2023 foram registradas 32 ocorrências referente a roubo de cargas, 966 subtrações de veículos e 2 celulares eram roubados ou furtados por minutos, contabilizando uma média de 2.567 aparelhos por dia (SINESP, 2024).

O crime de roubo gera impactos socioespaciais. O espaço em que se visualiza uma maior incidência do mesmo tende a perder seu uso, ganhando novas função e modelagem na arquitetura das formas espaciais. Há uma diminuição das relações sociais e modificação de hábitos cotidianos, pois as pessoas sentem medo de residirem ou circularem nos espaços que as taxas de roubo são altas.

Fraga (2015) ressalta que os crimes contra o patrimônio retratam o principal motivo para que outras ocorrências criminais aconteçam (homicídio, lesão corporal...), fortalece o crime organizado ou até mesmo financiam outras modalidades delituosas no Brasil. Os furtos e roubos de celulares têm sido considerados como a porta de entrada mais fácil para o crime organizado.

Apesar da proporção dessa prática criminal no Brasil e dos impactos socioespaciais, observa-se que é uma realidade ainda pouco explorada na ciência geográfica, notadamente nas pequenas cidades. Os dados e produções científicas disponíveis são resultados da coleta e observação da realidade das médias e grandes cidades, nas quais possuem no mínimo população acima de 100 mil habitantes.

Nas cidades de pequeno porte também se visualiza com frequência esses delitos assim como, a sociedade local e o espaço padecem as consequências. Para refletirmos sobre essa realidade, discutiremos o caso da cidade de Cajazeiras, localizada no interior do estado da Paraíba, Nordeste do Brasil.

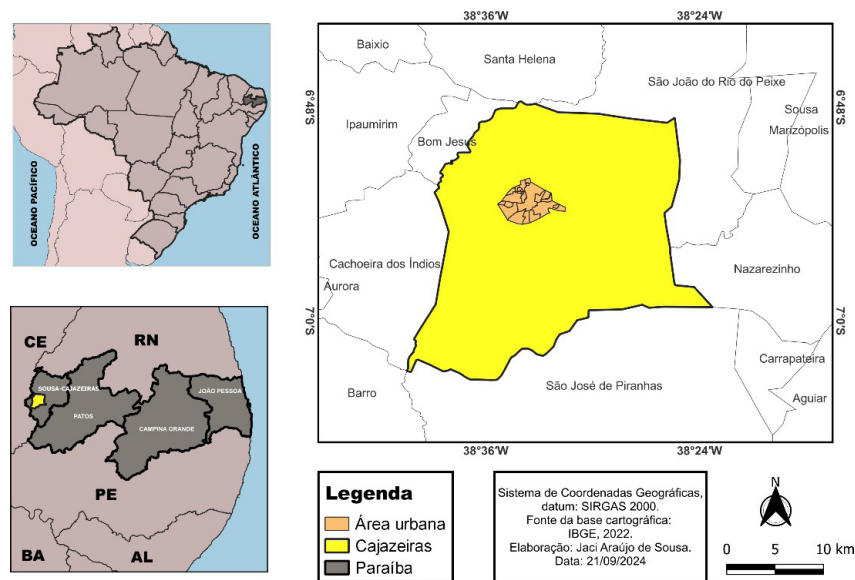
Área de estudo

Cajazeiras, conforme demonstra o Figura 1, é uma das cidades polo da Paraíba que se encontra situada na região intermediária Sousa-Cajazeiras. Esta desempenha conexões e fluxos importantes no espaço na qual está inserida.

Dinâmica, capitalista, ambígua, excludente, território de disputa e de múltiplos usos, local de oportunidades para trabalho e formação educacional, repleta de problemas urbanos, são algumas das características e condições desta que são visíveis na paisagem e sentidas no cotidiano de Cajazeiras.

As ambiguidades notadas na mesma, são observadas desde sua função, relações e produção do espaço, discursões conceituas quanto ao seu tamanho, gestão do território e resolução de conflitos, realidade esta que leva o observador a obter diferentes leituras espaciais. No entanto, é evidente que ela é reflexo dos acontecimentos desencadeados em

Figura 1. Localização da cidade de Cajazeiras-PB



escala global onde estes foram registrados em seu território no decorrer do tempo.

De acordo com o mapa de numeração de quadras da zona urbana de Cajazeiras (2018) fornecido pela Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Cajazeiras, a área urbana de Cajazeiras está dividida em 31 bairros, organizados administrativamente em cinco zonas que são: Centro, Norte, Sul, Leste e Oeste. Segundo os dados disponibilizados do censo demográfico de 2022, residem no município de Cajazeiras 63.239 pessoas e cada quilômetro quadrado é ocupado, em média, por 112,38 habitantes. Em 2010, 81,27% (47.501) da população se concentrava na área urbana. Quanto ao tamanho da sua área territorial, nota-se que a zona rural é maior do que a zona urbana (IBGE, 2010, 2025).

É importante destacar que entre os 12 municípios que fazem parte de sua região imediata, Cajazeiras é a área urbana que recebe com maior intensidade e frequência deslocamento de pessoas das cidades circunvizinhas em busca de trabalho, serviços e consumo. Além do mais, configura-se como a cidade mais populosa, com maior IDH, PIB per capita e em 2º lugar quanto a extensão territorial (Atlas Brasil, 2025; IBGE, 2025).

Outro ponto a ressaltar é que em 2022 apenas 38% da população (11.624) encontrava-se ocupada, ou seja, inserida no mercado de trabalho. A renda média mensal dos trabalhadores formais era de 1,8 salário mínimo. Quanto a composição da pirâmide etária, há o predomínio

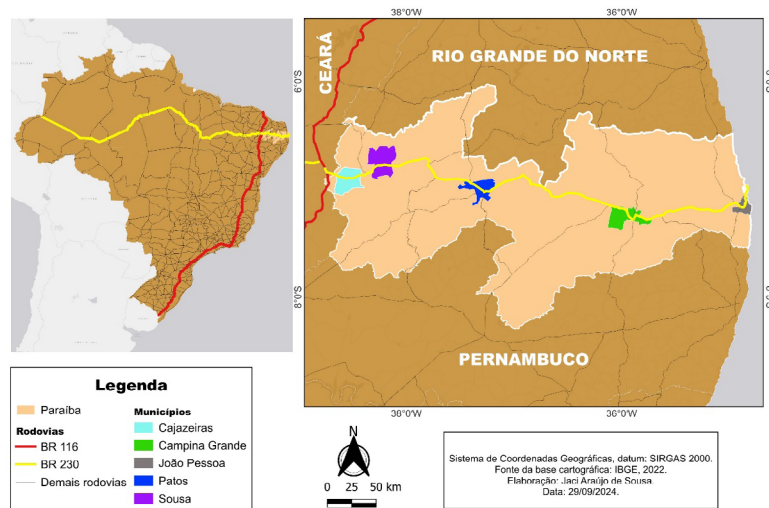
de pessoas jovens e adultas, aptas na idade seja para ingresso ou permanência ativa nas atividades ligada aos setores da economia (IBGE, 2025).

Cajazeiras apresenta posição geográfica estratégica na qual podemos visualizar no Figura 2. Ela se encontra próximo à divisa de três estados do Nordeste (Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco). Além do mais, é contemplada com a presença da BR-230, que passa por dentro das principais cidades polos do estado da Paraíba e liga o Brasil no sentido Leste-Oeste. Essa rodovia conecta Cajazeiras à BR-116 (situada próxima da cidade), passando por 12 estados, cortando o território nacional de Norte a Sul.

Quanto ao seu contingente populacional e as relações que se desenvolvem dentro do território no qual encontra-se inserida, ela se classifica como uma cidade média. No contexto econômico, a mesma pode ser vista como uma cidade comercial, que se especializa principalmente na prestação de serviços voltados a educação.

Assim como as demais cidades brasileiras, Cajazeiras enfrenta as consequências da urbanização acelerada, que ocorreu sem planejamento e desde a sua origem até os dias atuais, apresenta infraestrutura precária para sua população. Esse processo juntamente com a produção capitalista do espaço urbano, desencadeou uma série de problemas urbanos tais como: segregação residencial, favelização, saneamento básico deficiente, desemprego, dificuldades com a mobilidade urbana, problemas ambientais, aumento da violência e criminalidade.

Figura 2. Posição Geográfica da cidade de Cajazeiras



Diante da realidade aqui exposta sobre o recorte espacial observado, e em comparação com as demais cidades que compõem a sua região, é possível enxergá-lo sob duas perspectivas: uma cidade que prospera, com várias oportunidades para trabalho, educação, com serviços diversificados e qualificados, enquanto que por outro lado, é uma área de exclusão territorial, injusta e desigualdade social, com grandes desafios socioeconômicos a serem rompidos.

Somado aos desafios de âmbito social e econômico a serem rompidos, há também a violência e criminalidade, práticas sociais cada vez mais frequentes na cidade. Os residentes e até mesmos os visitantes de Cajazeiras já foram vítimas de crimes ou presenciaram manifestações violentas como roubos, brigas, tiroteios, furtos, estupro etc. Uma situação geográfica que vem se repetindo através dos anos, deixando marcas no tempo e no espaço, trazendo impactos negativos para a população.

Materiais e métodos

A pesquisa é de caráter descritivo e bibliográfico, com abordagem quantitativa e qualitativa dos dados. A metodologia compreende revisão bibliográfica e coleta de dados primários e secundários. As fontes bibliográficas incluem teses, dissertações, artigos, legislações e relatórios que abordam temas como crimes contra o patrimônio, cidade, criminalidade e violência.

Os dados primários foram obtidos através da realização de uma entrevista semiestruturada com o delegado da

Polícia Civil responsável pelas ocorrências de roubo. Essa entrevista ajudou a entender a dinâmica desse crime no espaço e tempo. Já as fontes de dados secundários usadas para a caracterização da área de estudo consistiram em: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Atlas do Desenvolvimento Humano, Prefeitura Municipal de Cajazeiras (site institucional). A pesquisa também incorporou análise de decretos municipais relacionados à pandemia.

Para entender e descrever a dinâmica, intensidade, frequência e persistência dos roubos na cidade de Cajazeiras foi consultado o 6º Batalhão da Polícia Militar da Paraíba (6º BPM). Tal órgão institucional de segurança pública forneceu uma planilha no Excel contendo dados sobre as ocorrências dos crimes na cidade cometidos no tempo investigado. Os dados contidos na planilha referiam ao tipo de crime cometido, local (bairro e rua), horário e data da ocorrência, sexo e idade das vítimas e agressores, pertences furtados.

Inicialmente, as informações obtidas no 6º BPM foram organizadas em tabelas e categorizadas por tipo de crime. Excluíram-se ocorrências duplicadas, incompletas e localizadas na zona rural. Foram consideradas informações sobre data, horário, bairro, rua e natureza da ocorrência. Após a reunião de todo o material necessário para o estudo, incluindo referências bibliográficas, dados primários e secundários, estes foram analisados e comparados às estatísticas de roubo em diferentes escalas geográficas (estadual, municipal e intraurbana). Posteriormente, os dados foram processados em softwares como QGIS e

Excel, que serviram para estruturar a apresentação dos resultados. As informações tratadas são exibidas por meio de figuras.

Resultados

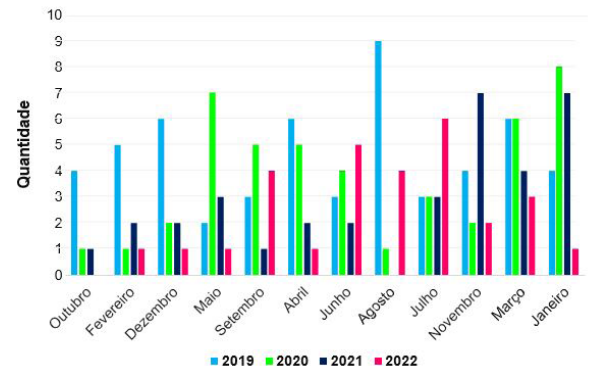
A primeira informação revelada remete a quantidade e os tipos de roubo registrados por ano, exposta na Tabela 1. Ao analisarmos a distribuição desse crime ao longo dos anos, constatamos uma redução nessa prática criminosa na cidade. O ano com o maior número de ocorrências foi 2019, período anterior à circulação do coronavírus em Cajazeiras. Enquanto que 2022, apresenta menor registro de ocorrência.

Quanto aos tipos de roubo registrados, observou-se que uma parcela significativa das ocorrências (21%) não especifica claramente o tipo de delito. Entre os roubos devidamente classificados, 20% referem-se a roubos a estabelecimentos comerciais, 19% a veículos e 26% a roubos a pessoas em via pública. O roubo a residências, com 5%, foi o menos frequente.

Outro fato detectado é que no transcorrer dos anos e mudanças no contexto histórico, verifica-se que as infrações de roubo foi diminuindo significativamente, exceto os roubos a estabelecimentos comerciais e de veículos. Os roubos a estabelecimentos comerciais, em vez de diminuir durante o período pandêmico, aumentaram. Já os roubos de veículos variavam no tempo, registrando mais que o dobro comparado ao ano anterior, seja quanto a redução ou aumento.

Com relação a distribuição mensal dos roubos, ilustrada no Figura 3, observa-se que janeiro (12%), março (11%), julho (9,2%), novembro (9,2%), abril (8,5%) e junho

Figura 3. Distribuição dos roubos por mês na cidade de Cajazeiras (2019-2022)



Fonte: Banco de dados do 6º BPM (2019-2022). Organização: a autora (2025).

(8,5%) registraram, no geral, as maiores quantidades de ocorrências. Em contrapartida, outubro (3,6%) e fevereiro (5,5%) contabilizam os menores índices de registros.

O Figura 3 revela ainda padrões de repetição de ocorrências mensais ao longo dos anos. Entre 2019 e 2020, março manteve o mesmo número de roubos; entre 2020 e 2021, os meses de julho, outubro e dezembro apresentaram quantidades idênticas. O mês de julho registrou, consistentemente, a mesma quantidade de roubos de 2019 a 2021. Se atribuirmos uma média móvel de 2 roubos por mês, verificamos que apenas março, junho, julho e novembro alcançam essa média em todos os anos analisados.

Ao examinar individualmente os meses ao longo dos anos, nota-se que, antes da pandemia de Covid-19, agosto

Tabela 1

Quantidade e tipo de roubo registrado por ano na cidade de Cajazeiras (2019-2022)

Natureza da ocorrência	2019	2020	2021	2022	Total por tipo de ocorrência
Roubo (sem detalhe)	13	11	6	5	35
Roubo a transeunte	22	12	8	2	44
Roubo a estabelecimento comercial	7	6	10	11	34
Roubo de veículo	5	14	3	9	31
Roubo a residência	4	0	3	2	9
Tentativa de roubo	4	2	4	0	10
Total por ano	55	45	34	29	163

Fonte: Banco de dados do 6º BPM (2019-2022). Organização: a autora (2025).

registrava o maior número de roubos, enquanto maio apresentava o menor. Nos anos pandêmicos, contudo, esses padrões foram significativamente alterados. Em 2020, agosto teve uma redução expressiva, com uma ausência completa de registros em 2021, tornando-se o único mês desse ano sem ocorrências de roubo. Já em 2022, as ocorrências em agosto voltaram a crescer. Maio, por outro lado, mostrou um aumento triplo em 2020, seguido por uma queda de mais da metade no ano seguinte. Em 2022, assim como em agosto de 2021, outubro não apresentou registros de roubo.

Além de atentarmos para a distribuição dos roubos através dos meses do ano, averiguamos também pelos dias da semana. O Figura 4 revela a distribuição dos roubos por dia da semana. O mesmo indica que terça-feira (18%), segunda-feira (17%) e quarta-feira (15%) foram os dias com maior incidência de roubos, enquanto a quinta-feira apresentou o menor registro (9%). Observa-se que, apesar da alta incidência nos primeiros três dias da semana, os roubos também ocorriam nos finais de semana, embora com maior concentração ao longo dos dias úteis.

Ao comparar a distribuição dos roubos antes e durante a pandemia, notamos que em 2019 os dias com maior concentração foram domingo, segunda e terça-feira, enquanto o sábado teve menor registro. Nos anos seguintes, a incidência aos domingos caiu drasticamente, enquanto a segunda e a terça permaneceram estáveis em 2020 em relação ao ano anterior. Nos anos subsequentes, no entanto, houve uma redução significativa nas ocorrências em ambos os dias. A quarta-feira manteve um padrão constante, registrando aumento apenas em 2022. A quinta-feira, por

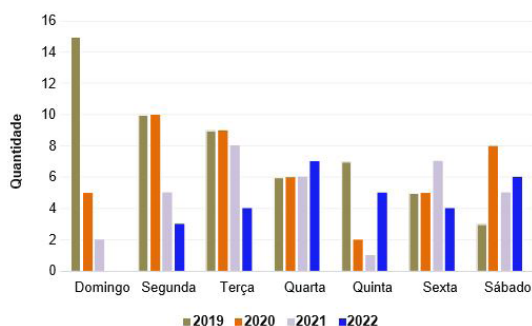
sua vez, apresentou redução nas ocorrências, mas duplicou em 2022. Já a sexta-feira não teve alterações entre 2019 e 2020, apresentou aumento em 2021 e voltou a reduzir no ano seguinte.

Quanto ao horário da ocorrência, ao organizarmos as horas em quatro períodos distintos (madrugada, manhã, tarde e noite), identificamos os turnos de maior incidência de roubos, sendo eles, respectivamente: tarde (32%), noite (31%), manhã (23%) e madrugada (11%). O Figura 5 apresenta a distribuição das ocorrências de roubo por horário e ano. Ao observá-lo verificamos que em determinados horários e anos, não foram registrados casos desse delito, independentemente de ser durante a pandemia ou não. Os horários mais críticos incluíram 10h, 13h, 15h, 19h e 21h.

A Figura 6 mostra a espacialização dos delitos de roubo na área de estudo analisada. Verifica-se que 26 bairros registraram ao menos uma ocorrência de roubo entre 2019 e 2022. Não houve registros desse delito nos bairros Tecedores, João Moreira Rangel, Cidade Universitária, João Bosco Braga Barreto e Altiplano Residencial José Crispim Coelho. Já as áreas com maior incidência de ocorrências foram o Centro (41%), Capoeiras (6,7%), Remédios (5,5%), Pôr do Sol (4,9%), Jardim Oásis (4,9%), Casas Populares (4,2%), São Francisco (3,6%), Dom Zacarias Rolim de Moura (3,6%), Cristo Rei (3,6%) e Pio X (3,0%).

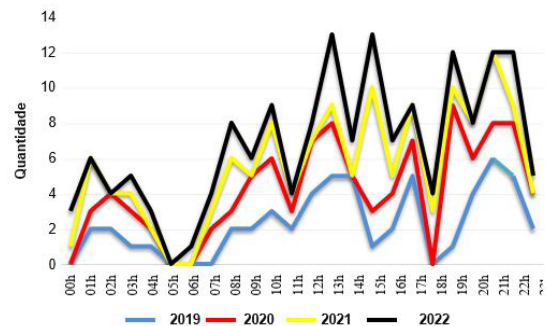
Nota-se que o Centro apresentou um aumento considerável nas ocorrências no ano de 2020, que coincidentemente é o início da pandemia. Em 2019, o bairro registrou 18 ocorrências, subindo para 20 em 2020 e mantendo números

Figura 4. Distribuição dos roubos por dia da semana na cidade de Cajazeiras (2019-2022)



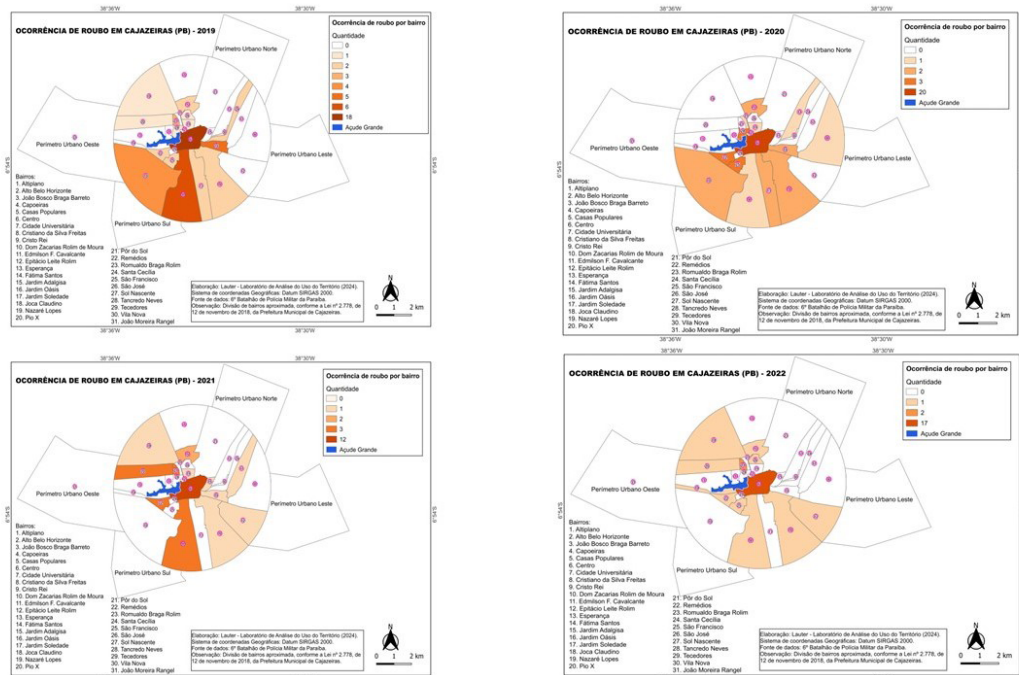
Fonte: Banco de dados do 6º BPM (2019-2022). Organização: a autora (2025).

Figura 5. Horário de ocorrência dos roubos na cidade de Cajazeiras (2019- 2022)



Fonte: Banco de dados do 6º BPM (2019-2022). Organização: a autora (2025).

Figura 6. Espacialização das ocorrências dos roubos na cidade de Cajazeiras (2019-2022)



Fonte: Banco de dados do 6º BPM (2019-2022). Organização: a autora (2025).

relativamente altos em 2021 (12) e 2022 (17). Os bairros Capoeiras e Jardim Oásis mostram uma tendência de queda contínua desde o início da pandemia. No primeiro, o número de ocorrências diminuiu de 6 em 2019 para 1 em 2022, ao passo que o segundo seguiu um padrão semelhante, passando de 5 ocorrências em 2019 para nenhuma em 2022.

Pôr do Sol apresentou uma oscilação significativa durante o período analisado. Em 2019, foram registradas 3 ocorrências, número que caiu para 0 em 2020, voltou a subir para 3 em 2021 e reduziu-se para 2 em 2022. Enquanto que Pio X, Cristo Rei e São Francisco mantiveram um número mais estável de ocorrências entre 2019 e 2022, sem picos significativos. Por fim, Remédios demonstrou uma leve elevação nas ocorrências no início da pandemia, com 3 registros tanto em 2020 quanto em 2021, mas diminuiu para 1 em 2022.

Nos bairros que constaram roubos, identificamos 97 ruas que sediaram pelo menos uma ocorrência desse tipo de delito entre os anos investigados. No entanto, o Centro (34), Casas Populares (7), Cristo Rei (6), Jardim Oásis (6), Pôr do Sol (6), Capoeiras (5), Remédios (5), São Francisco (4) e Tancredo Neves (4) foram as áreas que mais tiveram ocorrências em diferentes ruas.

Discursão

Durante o período pandêmico, Cajazeiras, assim como o restante do mundo, precisou adotar medidas emergenciais para conter a circulação do coronavírus. À medida que o vírus se espalhava pelo município, as normas foram sendo ajustadas para se adequar à situação epidemiológica. Essas medidas impactaram profundamente o cotidiano dos habitantes, os setores econômicos, o sistema educacional e até as dinâmicas criminais.

Barros (2021) aponta que a pandemia impactou o cenário da violência do país de diferentes formas, a depender do aspecto analisado. Com base nos Anuários de Segurança Pública (2020-2023), contata-se que os crimes que podem acontecer no âmbito familiar (violência doméstica, contra criança e adolescente, sexual), contra o patrimônio e as mortes violentas intencionais aumentaram e diminuíram no período pandêmico. Essa realidade também transcorreu em Cajazeiras, visto que a violência doméstica aumentou significativamente, enquanto que os crimes de roubo e furto diminuíram na pandemia.

Em 2021, observa-se que houve uma redução expressiva nos roubos a pedestres e veículos. Essa diminuição parece estar associada ao menor fluxo de pessoas e veículos devido às restrições impostas. Nesse ano, as primeiras doses de

vacinas contra o coronavírus começaram a ser distribuídas, e as fiscalizações foram mais frequentes e rigorosas. Contudo, outros tipos de crime, como roubo a residências e estabelecimentos comerciais, registraram aumento.

No segundo semestre de 2021, com quase todos habitantes vacinados (48.952 pessoas), e os boletins epidemiológicos de 2022 indicando que o vírus não representava mais uma ameaça iminente à vida (Prefeitura Municipal de Cajazeiras, 2025), o controle de contágio diminuiu e as atividades da população retomaram, fato este que pode ter ocasionado o aumento das infrações de roubo no segundo semestre de 2022.

Apesar da fiscalização intensiva nas ruas e do cumprimento das medidas de confinamento, tais esforços não foram suficientes para conter todas as modalidades de delito. Pelo contrário, o redirecionamento das atividades criminosas para novos alvos, como estabelecimentos comerciais e veículos, fez com que esses crimes aumentassem em comparação ao período antes da pandemia.

Essa realidade observada em Cajazeiras contrasta com o cenário nacional, onde, de acordo com os relatórios anuais dos órgãos de segurança pública, houve uma redução em todas as modalidades de roubo ao longo da pandemia. Entretanto, os dados de Cajazeiras mostram uma semelhança com as estatísticas criminais do estado da Paraíba.

Um dos elementos facilitadores para a consumação de tal crime é o pouco fluxo de pessoas, uma vez que se a via pública, estabelecimento ou residência estiver muito movimentada, dificulta a realização da abordagem a vítima. Porém, essa ação depende muito do modo de agir do sujeito (Delegado 01, 2024).

No tempo os roubos foram bem dinâmicos, variando, adaptando e sofrendo os impactos da covid-19. Observamos no recorte temporal analisado a resistência e persistência dessa prática social diante os diferentes cenários investigados. No âmbito do espaço tal infração pode sofrer variações e ser influenciada pelos elementos que compõe o território. A área intraurbana de Cajazeiras dispõe de peculiaridades que podem atrair ou reprimir esse tipo de delito.

Segundo o Delegado 01 os elementos que tende a impulsionar a ocorrência dessa prática criminal nestes bairros são:

O Centro é a questão financeira. Nesta área os assaltantes estão buscando recursos, objetos que

possam ser negociados para o tráfico. O Centro é onde há a maior movimentação financeira de Cajazeiras. Existem pessoas adquirindo objetos, comprando carros, transitando em seus veículos. É um local que atrai praticamente esses elementos. Com relação ao bairro Jardim Oásis, que é um bairro tradicional daqui de Cajazeiras, a classe média reside lá. Um ponto que leva a questão financeira. Nos demais aí, acho que é a facilidade mesmo. O bairro do Remédios, praticamente já na saída do Ceará, facilita esse trajeto. Esses outros bairros citados são considerados zona norte. A zona norte é uma região inclusive hoje, que é muito vista e investigada pela Polícia Militar e Civil. Nós temos vários focos de violência nessa região. Há bairros aqui que é difícil o acesso a polícia. Uma coisa que vivenciamos muito é que os bairros daqui têm muitos becos e vielas, isso tudo dificulta o trabalho da polícia. Tem locais que não entram viatura. [...] o elemento que vai praticar o delito estuda o ambiente. Ele não vai simplesmente passar naquela rua, assaltar e sair procurando uma rota de fuga. Ele já conhece o ambiente. Se o ambiente for propício, mal iluminado, inacessível a entrada da polícia irá facilitar a vida do elemento, o “cidadão” que é o assaltante. (Delegado 01, 2024, informação verbal)

Sousa (2017) e Rolim (2019) revelaram em seus trabalhos que a presença de elementos que caracterizam o município e respectivamente sua área urbana como a posição geográfica da cidade, a oferta de Educação Superior, o Presídio Padrão Regional de Cajazeiras e alguns aspectos socioeconômicos colaboram para a instalação e intensificação do crime em seu território.

Além dos fatores físicos e sociais descritos acima, a presença de determinados crimes, como por exemplo o tráfico de drogas, roubo, furto e outros, desencadeia outros tipos de infrações. Cajazeiras é um território propício para as atividades ligadas ao tráfico de drogas, seja para estocagem, rota ou lugar para venda dos tóxicos. O fato de tal delito se encontrar presente nesta área estimula ou desencadeia outras práticas criminais (Sousa, 2017). Roubo é um crime que ocorrem com frequência e têm sido persistentes através dos anos no município de Cajazeiras. Segundo o delegado entrevistado, esse crime é bastante influenciado pela dinâmica do tráfico de drogas. Segundo o Delegado 01:

[...] nossa cidade hoje, em tese, [...] está muito visada com relação ao tráfico de drogas, existem muitas pessoas vinculadas a elas que utilizam outros indivíduos para praticarem muitos assaltos e roubos. Transformam

o que foi surrupiado da vítima em troca de drogas e armas. Na realidade, nós temos que analisar sempre o roubo dentro de uma dinâmica de como estão as investigações do tráfico de drogas. (Delegado 01, 2024, informação verbal)

A frequência e persistência dos roubos não é validada somente por dados estatísticos, mas também é percebida e vivenciada através dos eventos e ações desenvolvidos no território. Ao ser indagado sobre o porquê do município de Cajazeiras registrar um número elevado de roubos, em comparação aos outros municípios que são atendidos pela 20ª DSPC, o Delegado 01 relatou:

[...] Cajazeiras é uma cidade que tem uma população relativamente pequena, considerando os dados do IBGE. Mas ao fazer uma circulação diária aqui em Cajazeiras você verá movimentação. Cajazeiras é uma cidade polo, vêm pessoas e estudantes de toda a região, pessoas de outros estados que não são veiculados aos dados do IBGE de Cajazeiras. A incidência de roubo e furto, que são chamados de crimes contra o patrimônio, giram em torno de riquezas. Cidades como Cajazeiras, que atraí uma movimentação dessa, atraí também riquezas. As pessoas que vão fazer assaltos, elas vinculam isso aí também. Ninguém vai procurar uma cidade pequena, que sabemos que vivem com recursos escassos, para fazer grandes assaltos. E Cajazeiras já é mais disposto a isso. É a realidade daqui. (Delegado 01, 2024, informação verbal)

A cidade é um ambiente propício para a execução desses tipos de infrações devido ser o lugar onde dinheiro, pessoas e veículos circulam, sendo o principal destino de pessoas e mercadorias. Além do mais, nela se localizam os serviços, comércios e outras atividades econômicas e há um maior número de residências, ou seja, a cidade é composta pelos principais locais de ocorrências e nela predomina os objetos centrais que são almejados pelos infratores para a subtração.

É importante frisar que o crime consome o espaço e ele pode se adaptar ao território dependendo de sua necessidade (Rosa, 2015). Além do mais, ocasiona impacto negativos tanto a sociedade como para o lugar que o acolhe. Os munícipes de Cajazeiras sentem os impactos da criminalidade, especialmente dos delitos de furto e roubo, no qual observamos através da paisagem urbana algumas estratégias (câmeras de segurança, cercas ericas, muros altos, vigilância particular noturna e outras) para prevenir e se proteger de tais delitos.

As práticas criminais observadas em Cajazeiras durante o período pandêmico e pós-pandêmico não podem ser compreendidas de forma isolada dos processos de produção social do espaço urbano e da lógica capitalista que estrutura as cidades. Conforme destaca Carlos (2023), a cidade é apropriada privadamente e moldada por uma racionalidade que privilegia a acumulação, resultando em uma urbanização desigual e excludente.

Essa lógica se manifesta em Cajazeiras, onde a configuração dos bairros, a desigualdade no acesso aos serviços públicos e a concentração das atividades econômicas em determinadas áreas criam ambientes mais ou menos propícios à ocorrência de delitos. A persistência dos roubos, mesmo em um cenário de restrições de mobilidade, evidencia a capacidade de adaptação da criminalidade aos diferentes contextos espaciais e temporais.

Assim, os delitos contra o patrimônio, especialmente os roubos, não apenas resistem às mudanças impostas pela pandemia, mas se reconfiguram segundo as condições impostas pela estrutura urbana, pelas dinâmicas do tráfico e pela vulnerabilidade socioespacial. As características do território —como becos, vielas, iluminação precária, ausência do Estado e circulação de bens— favorecem a atuação dos infratores, que selecionam seus alvos com base em oportunidades e facilidades proporcionadas pelo ambiente.

Nesse sentido, compreende-se que a espacialização do crime está profundamente enraizada nas contradições do modelo urbano vigente, que, ao segregar e desproteger parte significativa da população, contribui para a reprodução da violência e da insegurança no cotidiano.

Conclusão

A análise espaço-temporal dos crimes de roubo em Cajazeiras entre 2019 a 2022 permitiu identificar padrões relevantes que evidenciam a influência de fatores geográficos, temporais, sociais e históricos, como a pandemia de COVID-19, na dinâmica criminal urbana. O estudo revelou que os principais alvos foram estabelecimentos comerciais e pessoas em vias públicas, com concentração de ocorrências nos dias úteis, especialmente no turno da tarde e da noite. Além disso, bairros como o Centro, Capoeiras e Remédios se destacaram como áreas críticas, demonstrando como o espaço urbano influencia diretamente a ocorrência de delitos.

A contribuição central deste trabalho reside em lançar luz sobre a criminalidade em cidades de pequeno e médio

porte — uma realidade pouco explorada na literatura geográfica. Ao focalizar uma cidade como Cajazeiras, que reúne características socioespaciais típicas de centros urbanos intermediários, o estudo amplia a compreensão da territorialização do crime e de sua relação com a estrutura urbana, rompendo com a tendência de concentração das pesquisas em grandes metrópoles.

Constata-se que a lógica capitalista de apropriação territorial, presente em Cajazeiras, modela espacialmente a criminalidade. A concentração de roubos em bairros como o Centro, Remédios e Capoeiras reflete a dinâmica desigual da cidade, em que áreas com maior circulação econômica e menor presença estatal tornam-se alvos prioritários para delitos patrimoniais. A presença de vielas, becos e iluminação precária, associada à ausência de policiamento eficaz, expressa uma vulnerabilidade socioespacial que favorece a territorialização do crime. Ao demonstrar como o crime se ancora nessas desigualdades espaciais, o trabalho contribui para consolidar uma geografia crítica da criminalidade que transcende a mera descrição de padrões estatísticos e avança na compreensão estrutural da violência urbana.

Em termos teóricos, o estudo reafirma que o crime de roubo, longe de ser uma ação individual e desvinculada do espaço, constitui uma prática social inserida nas contradições da cidade capitalista. Metodologicamente, a combinação de dados estatísticos com análise territorial e entrevista com agentes de segurança permite mapear não apenas onde o crime ocorre, mas por que certos lugares concentram maior incidência — revelando o peso das condições estruturais, como ausência do Estado, desvalorização do espaço e desigualdade urbana. Politicamente, a pesquisa reforça a urgência de políticas públicas territorializadas e sensíveis às dinâmicas locais, sobretudo em cidades médias e pequenas que são sistematicamente negligenciadas pela agenda nacional de segurança.

No plano prático, os dados obtidos podem subsidiar políticas públicas mais eficazes de segurança urbana, especialmente no que se refere à prevenção localizada e à gestão de territórios vulneráveis. Recomenda-se, por exemplo, a ampliação de políticas urbanas integradas que articulem segurança pública, iluminação, mobilidade, educação e urbanismo. A criação de programas de policiamento comunitário com atuação em áreas críticas e o uso de tecnologias geoespaciais na análise de ocorrências são caminhos promissores para mitigar os índices de roubo.

Como desdobramento, sugere-se que pesquisas futuras aprofundem a relação entre o crime de roubo e o tráfico de

drogas, bem como os efeitos das políticas de encarceramento e das estratégias de vigilância urbana. Outra linha promissora seria explorar comparativamente outras cidades com características semelhantes a Cajazeiras, analisando como variáveis regionais, políticas e econômicas interferem nos padrões criminais. Além disso, estudos qualitativos com vítimas e moradores das áreas mais afetadas poderiam enriquecer a compreensão sobre os impactos cotidianos e subjetivos da violência urbana.

Conclui-se, portanto, que compreender a geografia do crime em contextos urbanos diversos é essencial para formular políticas públicas mais justas, eficazes e territorialmente sensíveis, promovendo segurança sem abrir mão da equidade social e do direito à cidade.

Conflicto de intereses

El autor no tiene conflicto de interés que declarar.

Declaración de autoría

Jaci Araújo de Sousa: Conceptualización; Análisis formal; Investigación; Metodología; Visualización; Redacción – borrador original; Redacción – revisión y edición.

Referências bibliográficas

- Araújo, F. A., & Chagas, C. A. N. (2020). Segurança pública, criminalidade, violência e (re)produção do espaço urbano: uma breve discussão sobre sua relação. *Formação (Online)*, v. 27(51), 85-111. <https://doi.org/10.33081/formacao.v27i51.6426>
- Atlas Brasil. (2025). Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Em *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/250370#idhm-all>.
- Barros, B. W. (s. f.). A pandemia e os índices criminais. *Fonte Segura*. <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/a-pandemia-e-os-indices-criminais/>.
- Brasil. Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. *Código Penal*. Presidência da República, 1940.
- Carlos, A. F. A. (2007). *O espaço urbano: Novos Escritos sobre a Cidade*. FFLCH.
- Carlos, A. F. A. (2023). Urbanização como violência. *Estudos Universitários: revista de cultura, UFPE/ Proexc*, 40(2), 27-52. <https://doi.org/10.51359/2675-7354.2023.261696>

- Cavalcante, L. S. (2015). *Caracterização do crime de roubo em Belém* [Dissertação Mestrado em Segurança Pública – Universidade Federal do Pará, Belém].
- Corrêa, R. L. (1989). *O espaço urbano*. Ática.
- Ferreira, I. C. B. & Penna, N. A. (2005). Território da violência: um olhar geográfico sobre a violência urbana. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, 1(18), 155-168. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2005.73979>
- Fraga, T. L. (2015). *Qual o impacto do crime para as vítimas? Uma análise considerando a influência dos roubos e furtos na percepção de segurança e migração no Brasil*, 89 f. [Dissertação Mestrado em Economia - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa].
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (s. f.). *Cidades e estados do Brasil*. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/cajazeiras/panorama>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2010). *Censo demográfico brasileiro do ano de 2010*. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao.html>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2021). *Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua: vitimização: sensação de segurança*. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101984_informativo.pdf
- Loboda, C. R., & Grotto, C. (2024). Segregação urbana e violência: um olhar sobre as percepções de violência urbana e seus impactos na produção do espaço e na vida cotidiana dos moradores do Bairro Canaã em Uberlândia-MG. *OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia*, 15, 196-218.
- Machado, J. R., & Töws, R. L. (2019). Cidade e Espaço Urbano: notas introdutórias e conceituais. *Geomae*, 10(1), 74- 92. <https://periodicos.unespar.edu.br/geomae/article/view/7674>
- Prefeitura Municipal de Cajazeiras. (2025). *Contra o coronavírus (COVID-19)*. <https://cajazeiras.pb.gov.br/campanha.php?pg=COVID-19>
- Prefeitura Municipal de Cajazeiras. (2018). *Mapa de numeração de Quadras (zona urbana)*. Escala 1:5.000. Prefeitura Municipal de Cajazeiras.
- Rolim, R. L. (2017). *Um olhar sobre os espaços da criminalidade na cidade de Cajazeiras - PB a partir do Presídio Padrão Regional*, 85 f. [Monografia Licenciatura em Geografia - Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras].
- Rosa, A. H. (2015). *A geografia do crime: Territorialização dos principais crimes e a influência do comércio ilegal, no tráfico e consumo de drogas na cidade de Catalão (GO)*, 124 f. [Dissertação Mestrado em Geografia - Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais].
- Schelle, G. V. G. et al. (2021). Relação entre aspectos urbanísticos e ocorrências de furto e roubo em Cascavel-PR. *Revista da Escola Superior da Polícia Civil*, 3, 1 -26. <https://www.revistas.pr.gov.br/index.php/espc/edicao-3-artigo-03>
- Secretaria Estadual da Segurança Pública e da Defesa Social. (2024). *Anuário 2023 da Segurança e da Defesa Social na Paraíba*. https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-seguranca-e-defesa-social/arquivos/anuario_2023_digital_completo.pdf/view
- Silva, F. R., & Ramos, E. M. L. S. (2024). *Categorização dos Crimes Violentos no Brasil*. Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará. PPGSP/IFCH/UFPA.
- Sistema Nacional de Segurança Pública [SINESP]. (2024). *Mapa de segurança pública 2024: Ano-base 2023*. <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/estatistica/dados-nacionais-1/mapa-da-seguranca-publica-2024>
- Sousa, J. A. (2017). *Territórios do tráfico de drogas em Cajazeiras-PB: Características, organização e conflitos*, 111 f. [Monografia Licenciatura em Geografia - Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras].
- Souza, M. L. (2010). *ABC do desenvolvimento urbano*. Bertrand Brasil.